



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

**TERMO DE REFERÊNCIA- SRP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
VALOR ESTIMADO PÚBLICO  
MENOR PREÇO

**FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE RAÇÕES, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES EM AQUICULTURA E PESCA RELATIVAS ÀS ATIVIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA E AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA CODEVASF / 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, RESPEITANDO A ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DA BAHIA.**

**OUTUBRO/2025**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

## ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	5
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	6
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE .....	6
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	7
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	7
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	8
8. PROPOSTA.....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	10
11. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO .....	10
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	10
13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS .....	12
14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	12
15. MULTAS .....	13
16. GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	14
17. FISCALIZAÇÃO.....	15
18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....	15
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	16
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	17
21. GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	17
22. MATRIZ DE RISCOS .....	18
23. CONDIÇÕES GERAIS .....	19
24. ANEXOS.....	19



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços – SRP, de empresa(s) para fornecimento, transporte, carga e descarga de Rações para Piscicultura em Sistema Superintensivo e Máquinas, Materiais e Equipamentos para Aquicultura e Pesca distribuídos em 17 itens.

1.1. Fornecimento, transporte, carga e descarga por Sistema de Registro de Preços – SRP, de Rações para Piscicultura em Sistema Superintensivo e Máquinas, Materiais e Equipamentos para Aquicultura e Pesca, na área de jurisdição da CODEVASF / 6ª superintendência regional, respeitando a área de atuação da CODEVASF, no estado da Bahia distribuídos em 17 itens, com seus respectivos preços máximos estimados, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição/ Especificação	Catmat	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Ração Peixe - Aplicação Fase De Crescimento, Onívoros, Proteína Bruta- Mínimo 32%, Características Adicionais extrusada, Granulometria de 4 A 6 mm.	453428	SACOS (25kg)	6.300	R\$ 103,19	R\$ 650.097,00
2	Ração Peixe - Aplicação Fase De Crescimento, Onívoros, Proteína Bruta- Mínimo 32%, Características Adicionais extrusada, Granulometria de 4 A 6 mm.  <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 1.</b>	453428	SACOS (25kg)	700	R\$ 103,19	R\$ 72.233,00
3	Ração Peixe, aplicação fase de crescimento, onívoros, dosagem componentes proteína bruta- mínimo 32%, características adicionais extrusada, granulometria de 6 a 8 mm.	453430	SACOS (25kg)	9.000	R\$ 99,32	R\$ 893.880,00
4	Ração Peixe, aplicação fase de crescimento, onívoros, dosagem componentes proteína bruta- mínimo 32%, características adicionais extrusada, granulometria de 6 a 8 mm.  <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 3.</b>	453430	SACOS (25kg)	1.000	R\$ 99,32	R\$ 99.320,00
5	Barco Alumínio Material Casco: Alumínio , Comprimento: 6 M, Boca: Aproximadamente 1,35 M, Características Adicionais: Soldado, Chapa De 2 Mm, Estrado De Alumínio Antiaderente.	305401	UNIDADE	27	R\$ 10.472,35	R\$ 282.753,45
6	Barco Alumínio Material Casco: Alumínio , Comprimento: 6 M, Boca: Aproximadamente 1,35 M, Características Adicionais: Soldado, Chapa De 2 Mm, Estrado De Alumínio Antiaderente.  <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 5.</b>	305401	UNIDADE	3	R\$ 10.472,35	R\$ 31.417,05
7	Motor Popa Tipo: Partida Manual , Potência: 15 HP, Aplicação: Barco Alumínio , Características Adicionais: Válvulas Automáticas Descompressão, Refrigerado A , Quantidade Marchas: 2 UN, Quantidade Cilindro: 2 UN, Capacidade Tanque: 23 L, Tipo Motor: 2 Tempos , Velocidade: 4.500 A 5.800 RP.	325110	UNIDADE	27	R\$ 11.840,15	R\$ 319.684,05
8	Motor Popa Tipo: Partida Manual , Potência: 15 HP, Aplicação: Barco Alumínio , Características Adicionais: Válvulas Automáticas Descompressão, Refrigerado A , Quantidade Marchas: 2 UN, Quantidade Cilindro: 2 UN, Capacidade Tanque: 23 L, Tipo Motor: 2 Tempos ,	325110	UNIDADE	3	R\$ 11.840,15	R\$ 35.520,45



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

	Velocidade: 4.500 A 5.800 RP. <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 7.</b>					
9	Motor Popa Tipo: Rabeta , Potência: 8 HP, Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Sistema Direção Tipo Ma , Quantidade Cilindro: 2 UN, Capacidade Tanque: 2,5.	272882	UNIDADE	657	R\$ 1.413,15	R\$ 928.439,55
10	Motor Popa Tipo: Rabeta , Potência: 8 HP, Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Sistema Direção Tipo Ma , Quantidade Cilindro: 2 UN, Capacidade Tanque: 2,5. <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 9.</b>	272882	UNIDADE	73	R\$ 1.413,15	R\$ 103.159,95
11	Colete Salva-Vidas - Tipo: 3, Capacidade: 110 Kg, Características Adicionais: Com Apito, Tamanho: G. <b>Item exclusivo para ME/EPP.</b>	374339	UNIDADE	180	R\$ 99,60	R\$ 17.928,00
12	Balança Eletrônica - Capacidade Pesagem: 150 Kg, Voltagem: 110/220 V, Características Adicionais: Plataforma Em Chapa De Aço, Com Rodízios E Coluna, Tipo: Digital, Número Dígitos: 6. <b>Item exclusivo para ME/EPP.</b>	252318	UNIDADE	50	R\$ 1.381,85	R\$ 69.092,50
13	Medidor Laboratório - Tipo: Caneta, Medidor Multiparâmetro   Uso: Determinação De Ph, Orp, Condutividade, Tds, Sali-   Aplicação: Análise Ambiental   Características Adicionais: Grau De Proteção Ip67 À Prova D'Água. <b>Item exclusivo para ME/EPP.</b>	477056	UNIDADE	20	R\$ 3.558,13	R\$ 71.162,60
14	Freezer - Tipo: Horizontal   Capacidade: 546 L   Quantidade Tampas: 2 UN   Sistema Degelo: Manual   Cor: Branca   Tensão Alimentação: 110/220v V   Características Adicionais: Dreno Frontal.	272877	UNIDADE	117	R\$ 4.201,04	R\$ 491.521,68
15	Freezer - Tipo: Horizontal   Capacidade: 546 L   Quantidade Tampas: 2 UN   Sistema Degelo: Manual   Cor: Branca   Tensão Alimentação: 110/220v V   Características Adicionais: Dreno Frontal. <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 14.</b>	272877	UNIDADE	13	R\$ 4.201,04	R\$ 54.613,52
16	Tanque-rede circular em PEAD Ø8 m (50 m²) Tanque-rede confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) PE100 PN10, com diâmetro nominal de 8 m e profundidade útil de 2,5 m, totalizando volume aproximado de 125 m³, destinado ao cultivo superintensivo de tilápia.	466311	UNIDADE	27	R\$ 29.171,11	R\$ 787.619,97
17	Tanque-rede circular em PEAD Ø8 m (50 m²) Tanque-rede confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) PE100 PN10, com diâmetro nominal de 8 m e profundidade útil de 2,5 m, totalizando volume aproximado de 125 m³, destinado ao cultivo superintensivo de tilápia. <b>Cota reservada para ME/EPP em 10% referente ao item 16.</b>	466311	UNIDADE	3	R\$ 29.171,11	R\$ 787.619,97
					<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.995.956,10</b>



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- a) Os Itens 1, 3, 5, 7, 9, 14 e 16 são abertos para participação de todas as empresas.
- b) Os Itens 2, 4, 6, 8, 10, 15 e 17 são cotas de 10%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 8º);
- c) Os Itens 11,12 e 13 são destinados para participação exclusiva de ME/EPP. (Decreto 8.538/15, art. 6º).

## 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

**6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)** – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens, por meio de licitação na modalidade pregão, nos termos do art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** – Documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou entidades participantes e as condições a serem praticadas.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### **3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

#### **3.1. Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços

O certame será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública via internet, por meio do sistema Compras.gov.br, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 11.462/2023 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF (Deliberação nº 08/2024).

**3.2. Modo de disputa:** ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5% que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

#### **3.3. Valor estimado:** Público

O valor global estimado da contratação é de R\$ 4.995.956,10 (quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dez centavo), conforme descritos no item 01.

**3.4. Critério de Julgamento:** O critério de julgamento será o de menor preço por item, em conformidade com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.

**3.5. Forma de Fornecimento:** O fornecimento será realizado de forma parcelada, em conformidade com as demandas e cronogramas estabelecidos pela CODEVASF, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

### **4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**

**4.3.** Os bens objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues, conforme solicitação da CODEVASF, na sede da 6ª Superintendência Regional, situada na Avenida Comissão do Vale, s/nº, Bairro Piranga, Juazeiro/BA, CEP 48.900-056, ou em outros endereços definidos em despacho de destinação



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

emitido pela Superintendência, correspondentes às entidades beneficiárias (associações, cooperativas ou prefeituras).

4.4. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

4.5. Por se tratar de itens que não exigem emplacamento, o CNPJ de faturamento será o da CODEVASF Sede ou da Superintendência Regional da CODEVASF do local de entrega do bem.

## **5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

5.3. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de Rações para Piscicultura em Sistema Superintensivo, Máquinas, Materiais e Equipamentos para Aquicultura, a carga, o transporte e a descarga das Rações para Piscicultura em Sistema Superintensivo, Máquinas, Materiais e Equipamentos para Aquicultura, conforme distribuídos no item 1 deste Termo de Referência.

5.4. A descrição dos fornecimentos constam no item 01 e nas Especificações Técnicas (Anexo II), que deverão ser observadas criteriosamente pelos licitantes.

5.5. A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem fazem parte do Escopo de Fornecimento.

5.6. A descarga dos equipamentos no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.

5.7. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade.

5.8. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

6.2. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

### **6.3. CONSÓRCIO**

6.3.1. Não será permitida a participação de consórcio.

### **6.4. SUBCONTRATAÇÃO**

6.4.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

### **6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADE COOPERATIVA**





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

6.4.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues ou instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues, instalados, montados e estocados os equipamentos objetos deste Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6248 / 6278 / 6285 / 6299.

7.1.3. A visita ao local onde serão executados os fornecimentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

## **8. PROPOSTA**

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela CODEVASF.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras.
- d) A Licitante deverá apresentar catálogos, desenhos, dados e demais informações ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - 1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - 2) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A licitante será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO GLOBAL** avaliado, POR ITEM, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

9.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

### **9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.2.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto desta licitação:

a1) A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimento similar de **no mínimo 30%** do quantitativo do item da licitação a que estiver concorrendo, não sendo de forma cumulativa.

a2) Consideram-se fornecimentos similares, aqueles que, embora apresentem variações de modelo, marca ou dimensões, possuam características técnicas, uso e complexidade equivalentes aos itens licitados.

a3) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome em relação ao objeto fornecido;

### **9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela CODEVASF, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

## 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 4.995.956,10 (quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dez centavo)**, a preços de **setembro de 2025** conforme indicado no item 01 deste Termo de Referência.

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

## 11. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, da seguinte forma:

- a. **Primeira Parcela:** 30% da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverá ser entregue no prazo de ATÉ 120 dias;
- b. **Segunda Parcela:** Os 70% restantes da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues no prazo de ATÉ 180 dias, totalizando, ao final desse período, 100% da quantidade total da Ordem de Fornecimento.

11.1.1. Quando a aplicação dos percentuais de entrega previstos sobre a quantidade total de Ordem de Fornecimento resultar em números fracionários de unidades, deverá ser aplicado o arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior.

11.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

11.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento 60 (sessenta) dias, o prazo de execução do objeto informado acima (180 dias), acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 330 dias.

11.4. O prazo para vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)<sup>100</sup> e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

## 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento do seguinte evento:

- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

12.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da CODEVASF nas faturas/notas fiscais da contratada.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

12.3. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

12.4. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 12.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

12.5. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.

12.6. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.

12.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

i) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.

12.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto

12.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

12.10. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

12.11. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.

12.12. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.

12.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.14. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

12.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

12.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

12.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

12.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.

12.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 12.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1+i_1/100)^{d_1/30} \times (1+i_2/100)^{d_2/30} \times \dots \times (1+i_n/100)^{d_n/30} - 1$ , onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

12.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

12.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

### **13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

### **14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

14.1. Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados, utilizando como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

#### **FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

**Onde:**

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

14.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.1.2. Para este certame, foi adotado o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação amplamente utilizado em contratos administrativos e representar de forma ampla a variação do nível geral de preços na economia. O IPCA é recomendado para contratos de fornecimento de bens de uso comum e de natureza diversificada, cuja composição de custos acompanha a variação média dos preços ao consumidor.

14.1.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

## **15. MULTAS**

15.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

15.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;

b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial**

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

**Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade**

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

15.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

15.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Área de Finanças da CODEVASF – 6ª/GRG/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da 6ª Superintendência Regional, que procederá ao seu exame.

15.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da CODEVASF, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

15.8. Em caso de provimento do recurso, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

15.9. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

## **16. GARANTIA DE EXECUÇÃO**





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

16.1. Não será exigida Garantia de Execução.

## **17. FISCALIZAÇÃO**

17.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.

17.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.9. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

## **18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

18.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

18.1.1. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

18.1.2. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

18.1.3. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

18.1.4. A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

18.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

18.3. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica; e
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF).

18.4. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

18.5. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado.

18.6. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. A contratada fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

19.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.3. Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

- a) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
- b) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.

19.4. A contratada deverá comprovar, **obrigatoriamente em até 60 dias após a assinatura do contrato emitido pela CODEVASF**, por meio de contrato ou documento similar que comprove o vínculo do fornecedor com o prestador de serviços/peças ou apresentação de rede de assistência técnica autorizada, que a fornecedora possui assistência técnica (própria ou terceirizada/certificada) no âmbito do estado de entrega do item.

19.4.1. A aprovação da comprovação estará condicionada à fiscalização da CODEVASF.

19.5. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

20.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.

20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

20.3. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.4. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

20.5. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.

20.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

## **21. GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

21.1. prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

21.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

21.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

21.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

21.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

21.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

21.7. prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

21.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

21.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

21.1. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

21.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **22. MATRIZ DE RISCOS**

22.1. A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

22.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da CODEVASF.

22.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

22.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

22.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

22.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

22.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

22.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

22.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

22.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

### **23. CONDIÇÕES GERAIS**

23.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transcrições.

### **24. ANEXOS**

24.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Especificações Técnicas
- Anexo III – Modelo de Logomarca da CODEVASF
- Anexo IV – Matriz de Riscos



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

## ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### Justificativas:

#### Da necessidade da contratação:

A CODEVASF, por intermédio da 6ª Superintendência Regional, tem entre suas atribuições o fomento à inclusão produtiva, ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca.

As demandas apresentadas por associações, cooperativas, prefeituras e representantes parlamentares evidenciam a carência de infraestrutura e insumos adequados nas comunidades rurais e ribeirinhas, especialmente naquelas voltadas à piscicultura em tanques-rede e à pesca artesanal.

A ausência de rações balanceadas e de equipamentos básicos — como barcos, motores, tanques-rede, freezers e balanças — tem limitado a capacidade produtiva e o escoamento da produção, impactando diretamente a renda e a segurança alimentar das famílias atendidas.

A presente contratação busca corrigir essas deficiências estruturais, garantindo condições para:

- aumentar a produtividade aquícola e pesqueira, especialmente em sistemas de cultivo superintensivo;
- gerar emprego e renda no meio rural, contribuindo para a fixação das famílias no campo;
- melhorar a segurança alimentar regional, ampliando a oferta de proteína de origem animal;
- reduzir perdas de produção, com o uso de insumos adequados e equipamentos apropriados;
- assegurar conformidade sanitária e segurança no trabalho, fortalecendo a cadeia produtiva da pesca e aquicultura.

Os itens a serem adquiridos possuem especificações técnicas padronizáveis, permitindo sua caracterização como bens comuns, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o que viabiliza a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

Assim, a contratação proposta é essencial para viabilizar o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, impulsionar o desenvolvimento econômico regional e garantir a efetividade das políticas públicas de inclusão produtiva promovidas pela CODEVASF.

#### Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A alternativa mais adequada ao atendimento da necessidade identificada é a aquisição, por meio de Pregão Eletrônico, em Sistema de Registro de Preços (SRP), de rações para piscicultura e máquinas, materiais e equipamentos destinados à aquicultura e pesca, com entrega parcelada e conforme demanda.

Essa escolha foi considerada a mais eficiente por apresentar vantajosa relação entre custo, prazo e efetividade, assegurando a disponibilidade contínua de insumos e equipamentos para as ações de fomento produtivo conduzidas pela 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

Entre as alternativas analisadas, a realização de licitações isoladas para cada tipo de item mostrou-se menos eficiente, por demandar múltiplos processos administrativos, aumento de custos operacionais e risco de descontinuidade no atendimento às entidades beneficiárias. A unificação dos itens em um único processo licitatório, possibilita ganho de escala, padronização técnica e simplificação logística, além de reduzir o tempo médio entre a demanda e a entrega efetiva dos bens.

O Pregão Eletrônico, por sua vez, é o meio mais apropriado à aquisição de bens comuns, cujas especificações são objetivamente definíveis e comparáveis entre fornecedores, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. A forma eletrônica amplia a competitividade e assegura maior transparência, enquanto o Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 11.462/2023) permite a execução de entregas parceladas, com eficiência no uso dos recursos públicos e atendimento dinâmico das demandas.

Assim, a opção adotada, Pregão Eletrônico em SRP, representa a solução mais racional, transparente e economicamente vantajosa para atender de forma ágil e eficaz às necessidades de fomento à aquicultura e pesca na área de atuação da 6ª SR/CODEVASF.

**Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

A pesquisa de preços para estabelecimento de valores de referência foi realizada a partir do que estabelece o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF (RILC) e a Instrução Normativa N-440 da CODEVASF, com as premissas de compor os preços com a combinação de fontes diferentes, quando possível.

**Da adoção do Pregão Eletrônico:**

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

**Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A opção pela realização do certame por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza dos bens a serem adquiridos, que são de consumo frequente, uso padronizado e entregas parceladas, características que se enquadram nas hipóteses de utilização previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o SRP no âmbito da Administração Pública Federal.

O objeto contempla o fornecimento e transporte de rações para piscicultura em sistema superintensivo, bem como o fornecimento de máquinas, materiais e equipamentos destinados à aquicultura e à pesca, os quais são bens de uso contínuo, essenciais às ações de fomento produtivo conduzidas pela 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

A contratação por Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo que as aquisições ocorram de forma gradual e conforme a demanda efetiva, evitando o acúmulo de





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

estoques e reduzindo o risco de deterioração de insumos perecíveis, como as rações. Além disso, o SRP favorece a padronização de especificações, a racionalização de processos licitatórios e o aproveitamento de ganhos de escala, promovendo a economicidade e a celeridade no atendimento às entidades beneficiárias.

No âmbito da CODEVASF, a adoção do SRP observa o disposto no art. 138 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Deliberação nº 08/2024), segundo o qual o Sistema de Registro de Preços deve seguir as diretrizes do Decreto do Poder Executivo que disciplina a matéria — atualmente, o Decreto nº 11.462/2023 — e pode ser utilizado sempre que demonstrada sua pertinência e vantagem operacional.

Dessa forma, o uso do SRP neste processo atende simultaneamente aos incisos I, II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, por envolver:

- bens de contratação frequente (rações e materiais de uso contínuo);
- entregas parceladas conforme necessidade; e
- possibilidade de atendimento a múltiplas entidades beneficiárias em diferentes municípios da área de atuação da 6ª SR/CODEVASF.

Conclui-se, portanto, que o Sistema de Registro de Preços é a modalidade mais eficiente, econômica e operacionalmente adequada para a aquisição pretendida, garantindo maior agilidade na execução e efetividade das políticas públicas de fomento à aquicultura e pesca.

**Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:**

Prevê-se a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação poderá ser proposta mediante justificativa técnica e econômica, respaldada em pesquisa de mercado que demonstre a manutenção da vantajosidade e a adequação dos preços praticados.

A adoção dessa medida visa conferir continuidade às ações de fomento produtivo, reduzindo custos administrativos com novos certames e garantindo o fornecimento ininterrupto de bens essenciais às atividades de aquicultura e pesca na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:**

Optou-se pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) e pela não admissão de órgãos participantes neste certame, em razão de limitações operacionais e temporais que inviabilizam a condução simultânea desses procedimentos pela 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Atualmente, a Superintendência não dispõe de quantitativo de servidores suficiente para realizar os trâmites administrativos adicionais exigidos para o processamento da IRP e a coordenação de adesões de outros órgãos, o que poderia comprometer o cronograma de execução do certame.

Adicionalmente, considerando a proximidade do encerramento do exercício fiscal de 2025, a instauração e tramitação de uma IRP, que requer prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis (art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 4º do Decreto nº 11.462/2023), representaria risco de atraso e possível inviabilização da licitação dentro do exercício orçamentário.

Portanto, por razões de eficiência e viabilidade administrativa, a 6ª Superintendência Regional decidiu realizar o registro de preços de forma restrita, sem divulgação prévia da IRP e sem inclusão de órgãos participantes, medida que encontra amparo no art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a dispensa do procedimento quando o órgão gerenciador for o único contratante.





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:**

**Sim** – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da CODEVASF. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:**

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Critério de Julgamento:**

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.

**Do Modo de Disputa:** estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 %, A adoção desse percentual busca assegurar a competitividade efetiva, evitando lances irrisórios ou repetitivos que prejudiquem a dinâmica do certame, ao mesmo tempo em que mantém a fluidez e agilidade no transcurso da sessão pública.

Percentuais inferiores a 0,5% tendem a retardar a fase de lances, gerando disputas com diferenças monetárias inexpressivas e prolongando o tempo de sessão. Já percentuais superiores poderiam reduzir a competição, restringindo a margem de melhora entre propostas.

Assim, o intervalo de 0,5% representa equilíbrio entre a competitividade e a eficiência procedimental, sendo amplamente utilizado em certames da Administração Pública Federal, inclusive em pregões eletrônicos conduzidos pela própria CODEVASF, conforme histórico de licitações similares realizadas por esta Superintendência.

**Dos requisitos de aceitação das propostas:**

Os requisitos de aceitação das propostas foram definidos com base nas especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar e no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Os critérios de aceitabilidade serão aplicados por item, devendo as propostas atender integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, vedadas ofertas parciais, divergentes ou com omissões que comprometam o atendimento do objeto.

Será considerado como valor máximo aceitável o preço de referência estabelecido no processo, calculado em conformidade com a Norma N-440/2025 (Resolução nº 791/2025), que regulamenta a pesquisa e definição de preços na CODEVASF.

Conforme entendimento consolidado pelo Acórdão nº 7.213/2015 – 2ª Câmara do TCU, uma vez fixado o preço máximo aceitável e divulgado no edital, não se admite a contratação por valor superior ao limite



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

estabelecido, nem a sua alteração durante o certame. Tal medida visa preservar o caráter competitivo e a transparência do procedimento, além de garantir a isonomia entre os licitantes.

Assim, o valor máximo definido para cada item constitui limite absoluto para a aceitação de propostas, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem preços unitários ou totais superiores aos limites fixados.

Essa prática reforça o controle de gastos públicos e assegura a observância dos princípios da economicidade, da publicidade e da eficiência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, nos arts. 5º, 12 e 23, e na Norma N-440/2025.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):**

A exigência de atestado(s) de capacidade técnica visa garantir que as empresas participantes possuam experiência prévia comprovada no fornecimento de bens de natureza similar ao objeto licitado, assegurando a adequada execução contratual e mitigando riscos de inexecução ou fornecimento de produtos inadequados.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe que a comprovação de aptidão técnica deve se restringir às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, sendo vedadas exigências desnecessárias ou não pertinentes. Assim, a área técnica limitou-se a requerer apenas um atestado que demonstre experiência em fornecimentos similares, evitando restrição indevida à competitividade.

Para fins deste certame, consideram-se fornecimentos similares aqueles que, embora apresentem variações de modelo, marca ou dimensões, possuam características técnicas, uso e complexidade equivalentes aos itens licitados.

A dosimetria da exigência foi definida de forma proporcional e razoável, limitando-se à comprovação de fornecimento equivalente a 30% do quantitativo do item a que a empresa concorre, sem caráter cumulativo, percentual considerado suficiente para demonstrar capacidade operacional e técnica, sem comprometer a ampla participação de fornecedores.

Além disso, admite-se a soma de atestados emitidos em nome da licitante, desde que relativos ao mesmo objeto, o que reforça a adequação da exigência ao princípio da competitividade.

A medida é indispensável para assegurar a contratação de fornecedores com experiência mínima compatível com a complexidade do objeto, preservando a segurança, qualidade e regularidade das entregas, especialmente em razão do volume e da diversidade dos itens licitados (rações, equipamentos e materiais de aquicultura e pesca).

**Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:**

Pelo fato da natureza dos bens a serem fornecidos serem de uso comum e de natureza diversificada, cuja composição de custos acompanha a variação média dos preços ao consumidor, o IPCA será adotado por ser um índice oficial de inflação amplamente utilizado em contratos administrativos e representar de forma ampla a variação do nível geral de preços na economia.

Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data-base do orçamento estimado, conforme previsto no art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Após este prazo, poderão ser reajustados, face equiparação/atualização com os preços de mercado, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, utilizando como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se a fórmula de reajuste apontada no item 14 do TR.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

**Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:**

No presente certame, optou-se por exigir das licitantes capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela CODEVASF, por item que concorrer, conforme estabelecido no Termo de Referência, não sendo admitida a soma de itens para esse cálculo.

A exigência justifica-se pela natureza e relevância econômica dos bens a serem fornecidos, que possuem valores unitários significativos e demandam capacidade financeira mínima para garantir a execução integral e tempestiva dos contratos.

A medida visa assegurar que as empresas participantes disponham de estrutura econômico-financeira mínima para honrar seus compromissos contratuais, reduzindo riscos de inadimplência e garantindo a regularidade do fornecimento de bens essenciais ao fomento da piscicultura e da pesca artesanal.

**Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:**

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de bens comuns — rações para piscicultura e equipamentos destinados à aquicultura e pesca — cujas especificações técnicas seguem padrões de mercado consolidados, não havendo margem para diferenciação quanto a materiais, processos produtivos ou embalagens que justifique a imposição de critérios de sustentabilidade socioambiental no edital.

A adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas e a aplicação desses critérios deve observar a pertinência com o objeto e a viabilidade técnica e econômica. No caso concreto, os produtos a serem adquiridos possuem características essencialmente industriais, sem alternativas técnicas equivalentes que permitam exigir certificações ambientais, selos verdes ou comprovação de logística reversa, sem comprometer a competitividade do certame ou restringir indevidamente o mercado fornecedor.

Ressalte-se, contudo, que a CODEVASF mantém compromisso institucional com a sustentabilidade e o desenvolvimento regional sustentável, de modo que, sempre que tecnicamente possível e juridicamente viável, tais critérios são incorporados aos processos licitatórios.

No caso específico desta contratação, a ausência de previsão de requisitos socioambientais decorre de análise técnica fundamentada na natureza padronizada dos bens e na necessidade de garantir ampla competitividade e celeridade na aquisição, assegurando o atendimento oportuno às comunidades beneficiárias.

**Da não exclusividade para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:**

Foi assegurado tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por meio da reserva de cotas de 10% e item exclusivo, conforme critérios de vantajosidade e proporcionalidade.

O percentual de 10% foi definido considerando o histórico de baixa participação e habilitação de ME/EPP em certames anteriores de natureza semelhante e o volume financeiro médio dos itens, o que recomenda uma reserva prudente e realista, capaz de estimular a participação de pequenos fornecedores sem comprometer a competitividade geral do certame.

A medida atende aos objetivos da legislação de incentivo à participação de micro e pequenas empresas, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, sem acarretar riscos de fracionamento ou perda de vantajosidade para a Administração.

**Permissão para Participação de Consórcios:**

Optou-se por não permitir a participação de consórcios neste certame, uma vez que o objeto — fornecimento de rações, materiais e equipamentos comuns destinados à aquicultura e pesca — possui características padronizadas e de baixa complexidade técnica, sendo plenamente exequível por empresas atuantes individualmente no mercado.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

A natureza dos bens e a logística necessária para o fornecimento, transporte, carga e descarga não demandam a integração de empresas com especializações complementares, tampouco justificam a formação de consórcios com a finalidade de reforçar capacidade técnica ou financeira.

As empresas isoladas possuem plenas condições de atender aos requisitos de habilitação técnica, jurídica e econômico-financeira estabelecidos, sendo, portanto, desnecessária e inconveniente a permissão de consórcios para este processo licitatório.

**Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:**

Será permitida a participação de cooperativas de produção ou de fornecimento de bens no presente certame, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista estabelecidas neste Termo de Referência e no edital correspondente.

A participação das cooperativas estará condicionada, ainda, à compatibilidade entre o seu objeto social e o objeto desta licitação, devendo estar expressamente previsto em seu estatuto social ou contrato constitutivo o exercício de atividade de produção, beneficiamento, industrialização ou comercialização de bens do mesmo gênero daqueles licitados.

**Permissão para Subcontratação:**

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, considerando que a licitação tem por finalidade o fornecimento direto de bens comuns, como rações, materiais e equipamentos destinados à aquicultura e pesca, cujas especificações são padronizadas e de entrega imediata.

O fornecimento dos itens licitados não envolve etapas técnicas especializadas ou atividades distintas que justifiquem a divisão de responsabilidades entre diferentes empresas. A execução direta pelo fornecedor vencedor assegura maior controle sobre a qualidade dos produtos, a rastreabilidade da origem dos bens e o cumprimento integral dos prazos de entrega previstos.

A possibilidade de subcontratação, nesse contexto, não agregaria vantagem à Administração e poderia gerar riscos operacionais e contratuais, como dificuldades de fiscalização, aumento de custos indiretos e comprometimento da responsabilidade técnica e comercial da contratada.

Dessa forma, a vedação à subcontratação está fundamentada em critérios de eficiência, economicidade e segurança contratual, sendo plenamente compatível com o art. 122, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que permite restringir a subcontratação quando não houver justificativa técnica para sua adoção.).

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os fornecimentos/serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Garantia de Execução (caução):**

Não será exigida garantia de execução (caução) nesta licitação, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega única e imediata, cujas características e especificações são padronizadas e de baixo risco técnico e operacional.

De acordo com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia é faculdade da Administração e deve ser aplicada de forma proporcional à natureza e ao risco do contrato. No presente caso, a ausência de etapas de execução complexas, de prestação de serviços continuados ou de obras, torna desnecessária a imobilização de recursos financeiros pelas licitantes, medida que, além de não agregar segurança contratual relevante, poderia restringir a competitividade do certame.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

Eventual necessidade de garantia poderá ser avaliada futuramente apenas nos contratos derivados da ata, caso o gestor identifique risco específico que justifique a adoção, conforme o disposto no §2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a não exigência de caução nesta fase está devidamente justificada pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e economicidade, garantindo o equilíbrio entre segurança contratual e ampla participação de fornecedores.)

**Garantia do Objeto:**

A exigência justifica-se pela natureza e valor dos bens a serem adquiridos, que incluem equipamentos e materiais sujeitos a desgaste ou falhas de funcionamento, como aeradores, motores, freezers e balanças. A garantia contratual confere maior proteção ao interesse público, permitindo que eventuais vícios ou defeitos sejam corrigidos sem ônus adicional à Administração, assegurando o pleno desempenho dos bens durante o período de uso.

Foi definido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, ou o prazo fornecido pelo fabricante, se superior, conforme estabelecido no Termo de Referência. O prazo é compatível com as práticas de mercado e proporcional à natureza do objeto, garantindo equilíbrio entre segurança contratual e viabilidade comercial.

A exigência de garantia não restringe a competitividade, uma vez que se aplica igualmente a todos os licitantes e decorre de cláusulas usuais em contratos de fornecimento de bens permanentes.)



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

ANEXO II  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITENS	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas
1 e 2	453428	<p>Ração para peixes com 32% Proteína Bruta, saco de 25 kg, cultivo superintensivo - tamanho 4 a 6 mm.</p> <p>Apresentação: pelet extrusada: tamanho (mm); 4 a 5; proteína bruta (%): 32; fibra bruta max(%) 5 a 7; matéria mineral(%): 10 a 14; extrato etéreo min (%): 4 a 6; cálcio max: 2 a 3,5; fósforo min (%): 0,5 a 1; umidade (%): 12 a 13; vitamina a (ui): 4.000 a 9.000; vitamina d3 (ui): 2400 a 2.500; vitamina e (mg): 100 ;vitamina k3 (mg): 13; tiamina b1 (mg): 15 a 20; piridoxina b6 (mg): 15 a 20; riboflavina b2 (mg): 20; vitamina b12 (mg): 20 a 25; ácido pantotênico (mg):40 a 50; niacina (mg): 80 a 100; colina (mg): 1000; biotina (mg): 0,5; inositol (mg): 80 a 100; ácido fólico (mg): 3 a 5; vitamina c fosf. (mg): 250 a 300; manganês (mg): 20 a 25; zinco (mg): 100; ferro (mg): 70 a 80; cobre (mg): 6 a 9; cobalto (mg): 0,2; iodo (mg); 0,6; selenio (mg): 0,12 a 0,3.</p>
3 e 4	453430	<p>Ração para peixes com 32% proteína bruta, saco de 25 kg, cultivo superintensivo - tamanho 6 a 8 mm.</p> <p>Apresentação: pelet extrusada: tamanho (mm); 6 a 8; proteína bruta (%): 32; fibra bruta max(%) 5 a 7; matéria mineral(%): 10 a 14; extrato etéreo min (%): 4 a 6; cálcio max: 2 a 3,5; fósforo min (%): 0,5 a 1; umidade (%): 12 a 13; vitamina a (ui): 4.000 a 9.000; vitamina d3 (ui): 2400 a 2.500; vitamina e (mg): 100; vitamina k3 (mg): 13; tiamina b1 (mg): 15 a 20; piridoxina b6 (mg): 15 a 20; riboflavina b2 (mg): 20; vitamina b12 (mg): 20 a 25; ácido pantotênico (mg):40 a 50; niacina (mg): 80 a 100; colina (mg): 1000; biotina (mg): 0,5; inositol (mg): 80 a 100; ácido fólico (mg): 3 a 5; vitamina c fosf. (mg): 250 a 300; manganês (mg): 20 a 25; zinco (mg): 100; ferro (mg): 70 a 80; cobre (mg): 6 a 9; cobalto (mg): 0,2; iodo (mg); 0,6; selenio (mg): 0,12 a 0,3.</p>
5 e 6	305401	Barco de alumínio 6 metros – Comprimento mínimo total de 6 metros, largura máxima da boca de 1,40m, capacidade para motorização de até 25HP. Lotação mínima de 04 pessoas. Garantia mínima de 12 meses.
7 e 8	325110	Motor de popa, 15 HP, 2 tempos, motor de partida manual, incluindo: tanque de combustível com capacidade mínima de 24 litros com mangueira, jogo de ferramentas, cabo de partida de emergência. Garantia mínima de 12 meses.
9 e 10	272882	Motor a gasolina potência mínima 7.0 cv, 2 tempos, com rabeta e hélice em aço, dimensões mínimas 385 x 340 x 340 mm, capacidade mínima tanque de combustível 3,6l. Garantia mínima de 12 meses.
11	374339	Colete salva-vidas classe 3, até 110 kg, canga, com apito.
12	252318	Balança Plataforma, capacidade de pesagem de 150 kg, voltagem bivolt - 110/200V; plataforma em aço carbono ou aço inoxidável; painel digital, com 6 dígitos, bateria interna recarregável e coluna; divisão de 50g. Garantia mínima 12 meses.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

13	477056	Medidor Multiparâmetro Portátil- Tipo: Caneta. Uso: Determinação De Ph, Orp, Condutividade, Tds, Sali-, Aplicação: Análise Ambiental, Características Adicionais: Grau De Proteção Ip67 À Prova D'Água,
14 e 15	272877	Freezer Horizontal com capacidade mínima de 500 L; quantidade mínima 2 tampas; cor branca; tensão 220V ou bivolt; temperatura mínima -22°C; com termostato, dreno central, puxador ergonômico; com fechadura de segurança e manual em português. Garantia mínima de 12 meses.
16 e 17	466311 (semelhante)	<p>Tanque-rede circular em PEAD Ø8 m (50 m²). Confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) PE100 PN10, com diâmetro nominal de 8 m e profundidade útil de 2,5 m, totalizando volume aproximado de 125 m³, destinado ao cultivo superintensivo de tilápia.</p> <p>Composição estrutural mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Telas laterais: aço inoxidável, malha 25 mm, fio 1,6 mm, total de 137,5 m² (2 laterais 12,67 m x 2,90 m + 1 fundo em peça única).</li><li>• Brackets: 15 unidades PEAD, 60 cm altura.</li><li>• Tubos estruturais:<ul style="list-style-type: none"><li>– Corrimão PEAD 90 mm PN10 (25,5 m);</li><li>– Base interna PEAD 110 mm PN10 (25,5 m);</li><li>– Base externa PEAD 110 mm PN10 (28 m);</li><li>– Fundo PEAD 90 mm PN10 (24 m);</li></ul></li><li>• Soldagem por termofusão em todas as uniões.</li><li>• Tampa antipássaro: malha PEAD 30 mm (16,8 x 9 m).</li><li>• Comedouro: sombrite 70%, 1,5 x 23 m.</li><li>• Fundo e costuras: fundo único costurado com linha náutica resistente à UV e salinidade.</li></ul> <p>Incluso: solda dos tubos e costura das telas.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p>



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

**ANEXO III**  
**MODELO DE LOGOMARCA DA CODEVASF**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

A impressão da logomarca da CODEVASF nos equipamentos que serão objetos de doação deverá seguir o modelo a seguir:

10 cm

## EQUIPAMENTO DOADO



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL



33cm

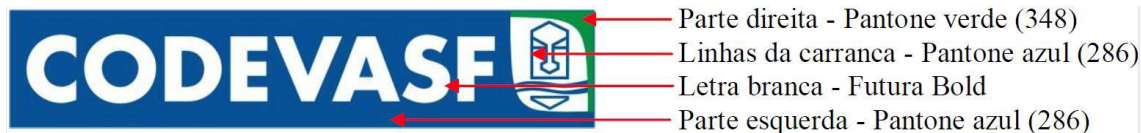
A impressão deverá ser realizada em 2 (dois) locais visíveis e respeitar as seguintes medidas: 33 cm (largura) x 10 cm (altura), ou com dimensão proporcional ao tamanho do bem a ser identificado. Caso os equipamentos possuam fundos de cores instáveis ou que dificultem a leitura, será exigido o uso de moldura na cor branca.

A logomarca da CODEVASF será composta por cores que representam as atividades desenvolvidas pela Empresa, quais sejam: **azul** que representa as águas dos rios São Francisco e do Parnaíba, e **verde** que identifica as plantações irrigadas com a proteção da carranca, que é um símbolo tradicional e forte da região.

Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone verde (348) e azul (286).

A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.

A logomarca na versão verde/azul será elaborada nos percentuais:





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA

#### ANEXO IV

#### MATRIZ DE RISCOS

Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1 - Necessidade de fornecer material ofertado pela contratada na licitação com alteração de especificação.	Fornecimento dos materiais em desacordo com as especificações técnicas.	Contratada	Médio	Ocasional	Contratada deverá apresentar os materiais com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos. Proceder uma fiscalização rigorosa, por parte da Codevasf por ocasião do recebimento dos materiais
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	O prazo será aditado a partir da data de aceitação da nova especificação e/ou marca apresentada pela Contratada e aprovada pela fiscalização da Codevasf. Prazo será acrescido dos dias entre o recebimento pela Contratada da Codevasf da Ordem de Fornecimento e pela comunicação à mesma da aprovação da nova especificação pela especificação pela fiscalização da Codevasf, limitado a



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

					70% do prazo original.
3 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.
4 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória recebimento do equipamento por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixa	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.
5 - Dano na descarga dos itens de fornecimento.	Dano na descarga ou organização dos materiais, equipamentos ou máquinas na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificada pela contratada na descarga.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF – Juazeiro-BA**

6 - Alteração prorrogação de prazo	Solicitação de prorrogação de prazo após término do prazo de execução.	Contratada	Médio	Ocasional	Não será permitido aditivo de prazo.
7 – Processo licitatório ficar sem proposta para alguns itens	Dos itens que serão licitados, há o risco de que alguns deles não obtenham proposta ofertada por parte das licitantes	Codevasf	Médio	Provável	Para os itens que não forem ofertadas proposta a Codevasf reabrirá novo processo licitatório, aprofundando melhor a pesquisa de preços, para os itens específicos